

## A autobiografia de Ruth Klüger: um depoimento tardio sobre o Holocausto

Autobiografía de Ruth Klüger: un tardío testimonio acerca del Holocausto

Saul Kirschbaum\*

**Resumo:** Este artigo analisa a bela obra de Ruth Klüger, *Paisagens da memória*: autobiografia de uma sobrevivente do Holocausto, publicada no Brasil em 2005, escrita entre 1989 e 1991 e publicada na Alemanha em 1992.

**Palavras-chave:** Autobiografia. Holocausto. Ruth Klüger.

**Resumen:** Este artículo analiza la hermosa obra de Ruth Klüger, *Paisajes de la memoria*: autobiografía de una sobreviviente del Holocausto, publicada en Brasil en 2005, escrito entre 1989 y 1991 y publicada en Alemania en 1992.

### Palabras claves:

A bela obra de Ruth Klüger, *Paisagens da memória*: autobiografia de uma sobrevivente do Holocausto, publicada no Brasil em 2005 pela editora 34, foi escrita entre 1989 e 1991 e publicada na Alemanha em 1992.

Poucos sobreviventes registraram suas memórias logo nos primeiros anos seguintes ao final da guerra. *É isto um homem?* de Primo Levi, publicado em 1960, foi escrito entre dezembro de 1945 e janeiro de 1947, mas *A Trégua*, do mesmo autor, publicada em 1965, foi escrita entre dezembro de 1961 e novembro de 1962. Já sua outra grande obra testemunhal sobre o Holocausto, *Os afogados e os sobreviventes*, teve que esperar até 1986 para vir à luz.

Tipicamente, os autores de obras auto-biográficas tiveram necessidade de esperar dezenas de anos para conseguirem pôr no papel as memórias de suas vivência sob a opressão nazista. Isso aconteceu com *Além da culpa e da expiação*, de Jean Améry, que teve sua primeira edição em 1966, reunindo ensaios escritos pelo autor a partir de 1964; do mesmo ano é *Holocausto: canto de uma geração perdida*, de Elie Wiesel; Josef Bor escreveu *Réquiem em Terezin* em 1963.

Mas o depoimento de Ruth Klüger demorou quase meio século para ser escrito; somente em 1989, quando a autora se recuperava de um acidente, é que se dispôs a registrar suas memórias do Holocausto, num gesto de retribuição aos amigos alemães que a ampararam durante a convalescença. Evitada a hemorragia cerebral, sentindo as memórias evaporarem (“cada dia que passa é como uma porta que se fecha atrás de mim”, p. 246), é após ter visto a morte de perto que ela se decide a encetar o debate com seus “fantasmas”. Nesse aspecto, aproxima-se de Jorge Semprun, que somente em 1994 escreveu *A escrita ou a vida*, reflexões sobre o tempo em que esteve internado em Buchenwald:

Nada mais possuo a não ser minha morte, minha experiência de morte, para contar minha vida, expressá-la, levá-la adiante. Tenho que fabricar vida com toda essa morte. E a melhor maneira de conseguir é a escrita. Ora, esta me leva à morte, aí me tranca, aí me asfixia. Estou nesse ponto: só posso viver assumindo essa morte pela escrita, mas a escrita me impede literalmente de viver”, eis como Semprun vivenciou essa aporia dilacerante (SEMPRUN, 1995, p. 162).

A demora dos sobreviventes em publicar suas memórias provavelmente tem a ver com o dilema enfrentado por todos eles, ou seja, o dilema entre o imperativo de testemunhar, de preservar a memória, ética e politicamente fundamentado, e o veto à representação do Holocausto, estética e filosoficamente motivado, expresso de forma tão marcante e radical por Theodor Adorno. Mesmo reconhecendo que nenhuma forma artística é adequada para expressar a dimensão dos crimes nazistas, mesmo correndo o risco de reduzir a memória da barbárie a um objeto de consumo, o imperativo de testemunhar é sentido pelos sobreviventes não apenas como uma missão de educar e alertar, mas também como uma dívida para com os mortos, cuja morte terrível exige ser lembrada. “Talvez seja preciso às vezes falar em nome dos naufragados. Falar em nome deles, no silêncio deles, para devolver-lhes a palavra”, disse Jorge Semprun (SEMPRUN, 1995, p. 138) Sabemos que o próprio Adorno acabou por aceitar esse ponto de vista, após conhecer a poesia de Paul Celan. Pois, como expressou Klaus Laermann em 1992, “onde poderiam os milhões de mortos ser enterrados com dignidade, se não na poesia?”. “Onde não existe túmulo”, observa a autora, “o trabalho de luto nunca termina” (KLÜGER, 2005, p. 87). O título original do livro de Ruth Klüger, *Weiter Leben*, que pode ser traduzido como *viver mais largamente*, talvez dialogue com a cova grande nas nuvens onde não se jaz apertado, da “Fuga sobre a morte”.

Na verdade, Klüger vai mais além da dívida para com os mortos e da função didática do testemunho; ela afirma que a poesia é fundamental também para os vivos, para sua sobrevivência psíquica, e denuncia a apropriação do direito à expressão, sua sacralização a serviço de interesses pouco claros, já diretamente respondendo a Adorno, com mal disfarçada ironia:

[...] refiro-me aos especialistas em assuntos de ética, literatura e realidade, que exigem que não se escreva poema algum de, sobre ou após Auschwitz. Essa exigência deve vir daqueles que podem prescindir da linguagem em versos, pois nunca a utilizaram ou dela necessitaram para manter-se psicologicamente com a cabeça fora d’água, sem afogar. [...] Mas o que significam esse “ter direito”, esse “dever”? Algo moral, algo religioso? A serviço de que interesses? Quem se intromete aqui? O tema torna-se uma sarça ardente em solo religioso, que só se pode pisar com pés descalços e humilde submissão. (KLÜGER, 2005, p. 115)

Enfim, por que enfatizar o aspecto tardio da autobiografia de Ruth Klüger? O que muda quando alguém que passou pelo sistema concentracionário nazista (ou, por que não, estalinista) registra suas lembranças vinte ou cinquenta anos após?

É inegável que a distância temporal borra os contornos dos eventos, se não os próprios eventos; em princípio, isso não tem maior importância, uma vez que estamos, os leitores, não em busca da verdade dos fatos, mas da verdade das vivências. Para saber o que aconteceu em Auschwitz e em Buchenwald, a opressão a que os judeus foram submetidos na Alemanha nazista, os assassinatos sistemáticos e administrativos nos territórios ocupados, temos hoje fontes suficientes. *A Crônica do Gueto de Varsóvia* de Emmanuel Ringelblum, os registros mantidos pela própria burocracia nazista, os achados dos exércitos aliados nos campos de trabalhos forçados e de extermínio dão bem conta dos fatos. Mas as vivências, em sua forma bruta, não explicam o que aconteceu; pelo contrário, podem levar à perda da razão. Como argumenta nossa autora, “[quem só tem vivências, sem se preocupar com rimas ou pensamentos, corre o risco de perder a razão [...] Quem quer se aproximar do que aconteceu, com a mente e o coração, necessita de interpretações dos fatos. Os fatos, por si só, não bastam.” (KLÜGER, 2005, p. 116)

O que queremos saber, através da leitura de depoimentos de ex-prisioneiros, é como era a vida nos campos de extermínio e nos guetos? Como era viver provisoriamente, à beira mesmo da morte iminente. Como os prisioneiros lidavam com as demandas conflitantes de, por um lado, conviver com a penúria, se esforçar para estender sua sobrevivência por pelo menos mais um dia, e, por outro, o exercício da solidariedade, a compaixão, o reconhecimento e a acolhida do outro (pois, como Imre Kertész assinala em *Kadish*, seu grande diálogo com a Todesfuge, “o realmente irracional e o efetivamente inexplicável não é o mal, ao contrário: é o Bem” KERTÉSZ, 1995, p. 47). Ruth Klüger, igualmente, também observa que “[m]ais tarde, já em liberdade, nada me ofendia mais, nada me parecia estar mais cheio de preconceitos do que a suposição de que nos campos só se cultivava o mais brutal egoísmo e de que qualquer um que retornasse de um deles estaria moralmente corrompido” (KLÜGER, 2005, p. 84). Enfim, queremos saber como o poder, em migalhas, para alguns prisioneiros momentaneamente privilegiados, um pouco maior para os investidos de alguma autoridade funcional, como os kapos, até o poder absoluto, no topo da hierarquia dos SS, afetava o comportamento das pessoas.

Aqui, o problema que assinala antes, ou seja, o obscurecimento dos eventos que decorre da passagem do tempo, é mais preocupante, porque o tempo se desorganiza, se estilhaça, a recuperação das memórias é cada vez mais precária. Porque quem narra percebe a fragilidade de suas memórias e é fortemente tentado a suprir essa fragilidade com material de sua imaginação ou apropriando-se das lembranças de outros autores. Jorge Semprun expôs essa armadilha com muita clareza, ao tentar descrever como era a fome em Buchenwald:

[...] mas não vou dizer como era realmente tomar a sopa do Domingo, já me esqueci, não poderia reconstituir a verdade desse momento de outrora, estaria inventando; ou melhor, eu me lembraria daquela fome de outrora por intermédio dos relatos de Chalamov, ou de Soljenitzyn, ou de Herling-Grudzinski, ou de Robert Antelme; graças a eles, sem dúvida, encontraria as palavras necessárias, que soariam corretamente; mas eu me esqueci. (SEMPRUN, 1982, p. 222)

Não obstante, o próprio Semprun reconhece os possíveis benefícios da escrita tardia, pois “na tentativa interminável de prestar contas de uma experiência que se distancia no passado, [...] certos contornos ficam [...] cada vez mais nítidos, já que certos territórios se iluminam com uma luz nova entre as brumas do esquecimento” (SEMPRUN, 1995, p. 230)

Mas, percebe nossa autora, a memória é também uma prisão. “Temos uma imagem das pessoas que amamos e conhecemos, esta imagem cabe em uma moldura mental e não se dispersa em uma dúzia de instantâneos. Em minhas lembranças, vejo meu pai erguendo cortesmente o chapéu na rua e, em minhas fantasias, vejo-o sofrendo uma morte ingrata, assassinado pelas pessoas que cumprimentava na Neubaugasse, ou por outras semelhantes. Entre uma coisa e outra, nada. [...] em vão tentamos nos livrar das imagens que ficaram gravadas na infância.” (KLÜGER, 2005, p. 29). Esta é a dicotomia vivida por quem pretende narrar com sinceridade: ou as memórias se diluem, se confundem, são transformadas por aquilo que o autor gostaria que tivesse acontecido, ou, especialmente quando carregadas de emoção, são extremamente nítidas, ofuscam e estabelecem antagonismos irreconciliáveis. Nas palavras da autora, “são justamente as lembranças mais precisas que dão margem a inverdades, pois não cedem a nada que existe fora delas, e se contrapõem a idéias baseadas em um julgamento posterior e em um saber mais amplo.” (KLÜGER, 2005, p. 29-30). Isto é, resistem a quaisquer tentativas de apreciação crítica, racional.

Consciente destas dificuldades, a reconstrução do passado, efetuada por Ruth Klüger, nunca afirma retratar a história “tal como aconteceu”. Ao invés, ela se dá conta de que tudo poderia ser diferente daquilo que ela lembra. A questionável confiabilidade dos depoimentos pessoais, da história oral, mesmo que produzidos por pessoas que insistem na sinceridade, está sempre presente em seu livro. Aqui tocamos, talvez, em um dos aspectos mais importantes derivado do caráter tardio de relatos como o de Ruth Klüger: o autor tardio já tem conhecimento de toda a literatura de testemunho. Ruth Klüger leu Primo Levi, Robert Antelme, Jean Améry.

Por um lado, esse conhecimento prévio exige de quem se propõe a acrescentar sua contribuição um grande esforço de auto-disciplina, como o expresso por Jorge Semprun, de se recusar a se apropriar das vivências dos que escreveram antes. Mas, por outro, o fato de estar escrevendo meio século depois permite à autora um saudável distanciamento emocional; sentimentos de ódio contra os opressores da SS, de indignação contra o colega prisioneiro que não resistiu a furtar uma fatia de pão, podem ser elaborados até o limite do propriamente traumático. Conquistado esse distanciamento, Klüger pode aventurar-se (sempre convivendo com a incerteza) a cotejar a memória de suas vivências concentracionárias com o registro das vivências dos outros ex-prisioneiros escritores em um nível crítico, sem se deixar abalar pela proximidade dos sofrimentos vividos.

Mas Ruth sabe que não é fácil garantir esse distanciamento. Os riscos inerentes à perda da originalidade, da ingenuidade, são percebidos por ela com muita clareza. O fato de que cada pensamento, cada reflexão, já nasce contaminado por muitos outros pensamentos e reflexões registrados anteriormente. “É um absurdo querer apresentar os campos, tal qual foram outrora, no sentido espacial”, diz ela; e continua:

entretanto, é quase tão absurdo querer descrevê-los com palavras como se nada houvesse entre nós e o tempo em que existiram. Os primeiros livros após a guerra talvez ainda tivessem feito isso, aqueles livros que ninguém queria ler, mas é justamente a partir deles que nosso pensar se transformou, tanto que hoje não posso falar a respeito dos campos como se fosse a primeira, como se ninguém tivesse falado deles, como se todos que estão lendo agora não soubessem tanta coisa sobre eles, até mais do que suficiente, e como se tudo isso já não tivesse sido explorado – no sentido político, estético e também kitsch. (KLÜGER, 2005, p. 73-4)

O ponto alto das Paisagens da memória, o que diferencia este livro de outros relatos auto-biográficos, é que a autora nos traz as vivências de uma criança, mais do que isso, de uma menina, e não só vivências de campos de concentração, já que o relato retrocede até 1938, quando ela tinha apenas sete anos, para retratar a progressiva nazificação de Viena, e essas vivências nos são transmitidas através da reflexão de uma mulher madura, que teve 44 anos para pensar em tudo o que aconteceu com aquela menina, para ir além do simples relato de vivências e interpretar os fatos em nosso proveito. Dessa forma, apesar de estar trilhando terreno minado, ela consegue expandir nossa compreensão do regime nazista.

Ruth Klüger percebe que os que não viveram o pesadelo concentracionário tentam silenciar os sobreviventes e preservar depoimentos e monumentos devidamente esterilizados por um discurso hegemônico. A apropriação da memória da Shoá, com a exclusão dos sobreviventes e a transformação dos campos em museus, força a reflexão, por exemplo, sobre a “forte e estável moeda estrangeira que chega à Polônia por intermédio dos judeus norte-americanos em peregrinação, com o que Auschwitz provavelmente tornou-se para a Polônia uma das mais lucrativas fontes de renda.” (KLÜGER, 2005, p.

73). Algo semelhante acontece com as sinagogas expropriadas e transformadas em igrejas após a expulsão dos judeus da Espanha em 1492. Atualmente convertidas em museus e entregues à guarda de judeus, funcionam como “evidências da tolerância e da boa-vontade espanholas” e, mais do que tudo, como pólos de atração das divisas de turistas judeus.

Por isso, diz a autora, é necessário

romper a cortina de arame farpado que o mundo do pós-guerra colocou diante dos campos. Existe uma distinção entre o outrora e o agora, entre nós e eles, que não está a serviço da verdade mas sim da indolência. Há uma separação absoluta entre o público e as vítimas, também isso possivelmente uma função dos campos-museus, que cumprem assim o oposto de sua aparente e suposta tarefa (KLÜGER, 2005, p. 76).

Esse silenciamento, segundo a autora, se dá por uma série de oposições binárias que contrapõem sobrevivente e vítima, alemão e judeu, história e memória, soldado e civil, coletivo e individual, homem e mulher, adulto e criança. O livro de Ruth Klüger contribui para deslocar nosso olhar do conteúdo dos testemunhos para a condição humana das testemunhas. Des-objetivizar e re-subjetivizar, recuperando, para os sobreviventes, a condição de sujeitos, de indivíduos completos. Recusando ser classificada e congelada na condição de “sobrevivente”, ela busca preservar sua singularidade e evitar ficar para sempre encerrada em seu passado. Recuperar sua visagem, para falar como Levinas. No final do livro, Ruth insere um poema escrito nos anos 60, cujo título, “recusa a depor”, ou “recusa a testemunhar”, serviu de título para a edição francesa. No poema, ela tenta traduzir seu mal-estar face à injunção de testemunhar que lhe faz a sociedade e que não passa, a seus olhos, de uma injunção a se calar, ou, mais exatamente, de só falar para confirmar os estereótipos que o politicamente correto sobre os judeus e a Shoá está preparado para escutar. De só falar o que se espera que ela fale. “Cada fantasma que chega pode me desalojar, / pois tenho de seguir adiante quando algum me diz ‘Fala’.” são os últimos dois versos do poema. (KLÜGER, 2005, p. 252)

A questão do silenciamento dos sobreviventes foi expressa de forma angustiante por Primo Levi. Textualmente, ele registra em 1986 que

curiosamente, esse mesmo pensamento (“mesmo se contarmos não nos acreditarão”) brotava sob a forma de sonho noturno, do desespero dos prisioneiros. Quase todos os sobreviventes, oralmente ou em suas memórias escritas, recordam um sonho muitas vezes recorrente nas noites de confinamento, variado nos particulares mas único na substância: o de terem voltado para casa e contado com paixão e alívio seus sofrimentos passados, dirigindo-se a uma pessoa querida, e de não terem crédito ou mesmo nem serem escutados. Na forma mais típica (e mais cruel), o interlocutor se virava e ia embora silenciosamente. (LEVI, 1990, p. 1)

Logo após a liberação, em uma roda que discutia livremente as questões ligadas às dificuldades que certamente sobreviriam para narrar o que haviam vivenciado, um dos companheiros de Jorge Semprun exclamou: “O verdadeiro problema não é contar, quaisquer que sejam as dificuldades. É escutar... Vão querer escutar as nossas histórias, mesmo que sejam bem contadas?” (SEMPRUN, 1995, p. 125) Essa barreira, reportada por tantos outros sobreviventes, é confirmada pela autora; ao se interrogar sobre a legitimidade de narrar, sobre o direito de ser ouvida, ela constata que a atitude de

reverência dirigida aos sobreviventes é equivalente ao seu aparente oposto, a uma atitude de repugnância, de exclusão:

Na ocasião, sempre pensava que teria algo de interessante e importante para contar depois da guerra. Mas as pessoas não querem ouvir, ou somente o fazem com uma certa pose, uma certa atitude, não como interlocutoras e sim como pessoas que se submetem a uma tarefa desagradável, em uma espécie de reverência que facilmente se transforma em repugnância, duas sensações que em todo caso se complementam. Pois tanto o objeto da reverência, como o da repugnância, é sempre mantido a distância. (KLÜGER, 2005, p. 102)

Talvez, então, o sobrevivente seja cercado por uma aura de reverência para mais facilmente ser excluído, já que a atitude de repugnância não pode ser admitida pelas pessoas nem ao menos para elas mesmas; e o silenciamento camuflado sob uma máscara de compaixão: “- O senhor sofre com isso. Por que insiste tanto?”, diziam para o protagonista de “O Profeta”, de Samuel Rawet. Tendo a autora percebido, como destaquei antes, que o silenciamento dos sobreviventes é operado por uma série de oposições binárias, a análise desse fenômeno recebe uma espantosa ampliação nas reflexões de Ruth Klüger: o que as mulheres sobreviventes têm a dizer importa menos ainda. Sobre a mulher pesa uma dupla exclusão:

Também tenho o que contar, quer dizer, tenho histórias a contar caso alguém pergunte, mas só poucos o fazem. As guerras pertencem aos homens, e assim também as lembranças de guerra. Ainda mais o fascismo, mesmo que se tenha sido contra ou a favor: puro assunto para homens. Além disso: mulheres não têm passado. Ou não têm que ter algum. É indelicado, quase indecente. (KLÜGER, 2005, p. 13)

Internada dos dez aos doze anos em Terezin, e então transferida, em 1944, para Auschwitz-Birkenau, a vivência concentracionária de Ruth Klüger é a vivência de uma criança. Além de constatar a exclusão das mulheres como testemunhas aceitáveis, ela denuncia a tentativa dos adultos, num terceiro nível de agressão, de retirar das crianças o direito de testemunhar, de refletir sobre a opressão sofrida, que ela afirma ser tão legítima quando a de qualquer adulto:

Hoje em dia há pessoas que me perguntam: “Mas você era jovem demais para se lembrar daqueles tempos terríveis”. Ou nem mesmo perguntam, elas afirmam com plena certeza. Penso então que querem tirar de mim a minha vida, pois a vida nada mais é do que o tempo que se viveu, a única coisa que temos, e é isto que me negam quando põem em dúvida o meu direito de rememorar.

Crianças que sobreviveram a pogroms e a outras catástrofes muitas vezes são proibidas de elaborar essas experiências e obrigadas a se comportar como “crianças normais”. Isto acontece para o bem das crianças, que não devem falar sobre “estas coisas”. Frequentemente, elas elaboram seus traumas inventando brincadeiras que escondem dos adultos. (KLÜGER, 2005, pp. 68-9)

A memória coletiva, até agora prisioneira do discurso hegemônico, deve, para Ruth Klüger, passar a ser repensada como uma coleção de narrativas individuais; dessa forma, ela propõe uma abordagem igualitária e não-hierárquica para relembrar o passado.

O título original do livro, *Weiter Leben*, pode também ser traduzido como “continuar a viver” ou “reviver”. Pois os sobreviventes devem, na opinião da autora, reconstruir suas vidas, sem se deixar aprisionar pelo passado, sem se culpar por terem sobrevivido. Mas, além disso, suas reflexões também recuperam a memória dos mortos, que têm direito, cada um, a sua morte individual. Especialmente do pai, do irmão e da avó paterna da autora, vítimas do nazismo, tão minuciosamente evocados no livro. Assim, o próprio ato de escrever o livro equivale a recitar um kaddish em memória dos seus mortos, ato vedado às mulheres judias. Ruth Klüger, que havia se afastado da religião por não aceitar a marginalização da mulher, através exatamente desse ato de rebeldia pode, então, se reaproximar do judaísmo no que este tem de mais nuclear, o respeito aos mortos, a dedicação ao estudo, a valorização da memória. E o próprio livro é uma resposta a Adorno, um alegado em defesa da legitimidade do tratamento estético do Holocausto.

Quando assistimos, hoje, ao lançamento de uma nova obra sobre o Holocausto, notadamente um depoimento, uma autobiografia, a pergunta que logo nos vem à mente é: ainda há o que escrever sobre o Holocausto? Ainda há o que ler sobre o nazismo? Ainda precisamos falar desses assuntos? E a resposta se impõe. Se a Segunda Guerra Mundial terminou, se o nazismo foi derrotado, se o outro grande sistema totalitário, o comunismo, desmoronou, nada disso nos garante que o totalitarismo tenha morrido. Sim, ainda precisamos falar desses assuntos para podermos entendê-los e tentar evitar seu retorno. Tzvetan Todorov, que nunca viveu em um campo, que apenas visitou campos nazistas transformados em museus, assim se expressa sobre a necessidade de conhecer e de interpretar o que aconteceu:

A verdadeira razão está em minha convicção de que corremos o risco de repetir o passado, se o ignorarmos. Não é o passado, como tal, que me preocupa, mas sim o fato de eu acreditar que há nele uma lição para nós, contemporâneos. Mas... qual? Por si mesmos, os acontecimentos nunca revelam seus sentidos: os fatos não são transparentes; para nos ensinar alguma coisa, precisam ser interpretados. (TODOROV, 1995, p. 37).

Ruth Klüger nos mostra que ainda há o que ler sobre o nazismo, que há importantes dimensões do mecanismo da opressão totalitária e de seus efeitos sobre as minorias excluídas que ainda não foram esgotadas pela literatura. Se quisermos abalar a indiferença, a negação, a banalização; se quisermos manter a esperança de evitar a repetição das inauditas tragédias do século XX, temos que buscar a interpretação dos fatos, sua expressão como conceito. E devemos nos apressar: Ruth Klüger, que no final da época nazista tinha apenas 14 anos, hoje, em 2007, já chegou aos 76. Dentro em breve, as testemunhas, os sobreviventes, aqueles que poderiam narrar, nos ajudar a entender, terão sucumbido à passagem do tempo.

-----

**\*Saul Kirschbaum** é Doutor em Letras pela USP, ensaísta e pesquisador junto a Capes (PRODOC). Organizou, em 2007, *Dez ensaios sobre Samuel Rawet*.

## Referências

AMÉRY, Jean. *Más allá de la culpa y la expiación*. Tentativas de superación de una víctima de la violencia. Trad. Enrique Ocaña. Valencia: Pre-Textos, 2001, 198 p.

BOR, Josef. *Requiem em Terezin*. Trad. Otto e Gerta Hellig. Lisboa: Publicações Europa-América, 1966, 149 p.

- EISNER, George. *Les enfants pendant l'holocauste: Jouer parmi les ombres*. Traduzido do inglês por Françoise Rey-Sens. Paris: Calmann-Lévy, 1993, 219 p.
- KERTÉSZ, Imre. *Kadish por uma criança não nascida*. Trad. Raquel Abi-Sâmara. Rio de Janeiro: Imago, 1995, 132 p.
- KLEMPERER, Victor. *LTI, la langue du IIIe Reich – Carnets d'un philologue*. Trad. Élisabeth Guillot. Paris: Albin Michel, 1996, 377 p.
- KLEMPERER, Victor. Os diários de Victor Klemperer: testamento clandestino de um judeu na Alemanha nazista, 1933-1945. Trad. Irene Aron. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- LEVI, Primo. *É isto um homem?* Trad. Luigi del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.
- LEVI, Primo. *Os afogados e os sobreviventes*. Trad. Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- LEVI, Primo. *A trégua*. Trad. Marco Lucchesi. São Paulo: Planeta De Agostini, 2004.
- NYISZLI, Miklos. *Médico em Auschwitz*. Trad. Valentina Leite Bastos. Rio de Janeiro: Otto Pierre, 1980.
- RAWET, Samuel. O Profeta. In: *Contos e novelas reunidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- RINGELBLUM, Emmanuel. *Crónica do Ghetto de Varsóvia*. Trad. Gonçalo d'Orey. Lisboa: Livraria Morais, Editora, 1964.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. Orelha. In: CELAN, Paul. *Cristal*. Trad. Claudia Cavalcanti. São Paulo: Iluminuras, 1999.
- SEMPRUN, Jorge. *Um belo domingo*. Trad. Aulyde Soares Rodrigues. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- SEMPRUN, Jorge. *A escrita ou a vida*. Trad. Rosa Freire D'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SLOAN, Jacob. Introdução. In: RINGELBLUM, Emmanuel. *Crónica do Ghetto de Varsóvia*. Trad. Gonçalo d'Orey. Lisboa: Livraria Morais, Editora, 1964.
- TODOROV, Tzvetan. *Em face do extremo*. Trad. Egon de Oliveira Rangel e Enid Abreu Dobránsky. Campinas: Papirus, 1995.
- WIESEL, Elie. *Holocausto: canto de uma geração perdida*. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Documentário, 1978.